# ESPECIAL

DIA MUNDIAL
DA LIBERDADE
DE IMPRENSA

2017

# LIBERDADE DE IMPRENSA, UMA NECESSIDADE E UMA LUTA CONTÍNUA

Organização: MISA MOÇAMBIQUE

Parceiros: agir; IBIS Educação para o desenvolvimento; SUÉCIA; UNESCO United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Com apoio de: World Press Freedom Day

ceo centro de estudos interdisciplinares de comunicação

# LIBERDADE DE IMPRENSA, UMA NECESSIDADE E UMA LUTA CONTÍNUA

Organização:
MISA MOÇAMBIQUE

Parceiros:
agir
IBIS Educação para o desenvolvimento
SUÉCIA

Com apoio de
UNESCO United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
World Press Freedom Day

ceo centro de estudos interdisciplinares de comunicação

# FICHA TÉCNICA

**MISA-Moçambique**
**Título:** LIBERDADE DE IMPRENSA, UMA NECESSIDADE E UMA LUTA CONTÍNUA
**Presidente do MISA:** Fernando Gonçalves André
**Director Executivo:** Ernesto Nhanale
**Editor:** Lázaro Mabunda
**Textos:** Núcleos provinciais do MISA Moçambique
**Fotos:** Edson Rufai e Núcleos Provinciais
**Revisão Linguística:** Francisco Vicente
**Produção Gráfica:** António Xerinda
© MISA– Maputo, Maio de 2017.

**Contactos:**
Av. Romão Fernandes Farinha, 75 / 2º Andar
**Telefone:** +258 21302833
Telemóvel: +258 873204680
E-mail: info@misa.org.mz
**www.misa.org.mz**

Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

# Introdução ao painel sobre «A relevância da liberdade de expressão e o direito à informação numa Democracia Constitucional»

Guettyimage

Por: Teodato Hunguana, Advogado e político

Agradeço ao MISA Moçambique a honra e o privilégio de me associar à celebração no nosso País do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, convidando-me para moderador do tema «A relevância da liberdade de expressão, de imprensa e o direito à informação numa Democracia Constitucional» a ser apresentado pelo Dr Albie Sachs, combatente da liberdade, professor, antigo Juiz do Tribunal Constitucional da África do Sul.

Albie Sachs, nosso camarada e amigo desde os duros anos da luta comum pela liberdade e pela dignidade do homem em toda a África Austral.

Não vou investir o curto tempo, que é de praxe conceder ao moderador, para apresentar o orador do tema, pela simples razão de que, e fora de qualquer retórica, de facto, Albie Sachs dispensa apresentação aqui em Moçambique, nesta que foi também sua pátria antes da libertação da sua pátria.

O que me ocorre dizer é que, mais do que moderar um painel, mobiliza-me a perspectiva de esta poder constituir uma ocasião privilegiada para partilharmos preocupações, alegrias , vitórias ou fracassos, na luta pela liberdade de expressão, de imprensa e o direito à informação, luta que prossegue tanto em Moçambique como na África do Sul.

Embora em processos distintos, cada qual com suas especificidades, nós alcançámos a liberdade a partir de lutas tremendas contra a opressão. Mas a libertação, ou a Liberdade, não significou todas as liberdades, porque estas tiveram que ser conquistadas depois, em dinâmicas e processos que se desenvolveram ulteriormente. E esses processos não foram nem são lineares. Só para ilustrar o quanto esta é uma luta complexa, o quanto ela tem de continuar, o quanto sendo difícil, por vezes dura e dramática, temos que travá-la, com a mesma convicção e determinação de vencer que nos moveu nas vitórias do passado, atentemos brevemente em alguns factos.

A liberdade de imprensa no nosso País foi introduzida em 1991 pela Lei n° 18/91,de 10 de Agosto,isto é, 16 anos depois da Proclamação da Independência. E só 23 anos depois daquela Lei de Imprensa se aprovou a Lei n°34/2014, de 31 de Dezembro, Lei do Direito à Informação.

A consagração legal destes direitos e liberdades nunca foi um processo instatâneo, pacífico ou linear, menos ainda a sua implementação. São processos duma luta que continua. E porque se trata de luta pelas liberdades que consubstanciam a própria Liberdade, a Democracia e a Dignidade do povo, são lutas difíceis,como disse, por vezes duras e dramáticas, incluindo até o sacrifício supremo ou o derramamento de sangue. Emblemático desta luta é o assassinato de Carlos Cardoso, como o é, de entre outros, o julgamento do «caso Nuno Castel-Branco» e, mais recente, o bárbaro e selvático ataque ao Prof. Jaime Macuane, naquilo que foi tratar a liberdade de expressão à lei da bala.

No 3 de Maio de 2016, em Nampula, eu sublinhei que quando se fala de dívidas ocultas, além de outras vertentes que se devam convocar, e antes mesmo daquelas que escandalizam as instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, está-se perante uma flagrante violação do Direito à Informação de que é titular o povo inteiro.

Na África do Sul, com uma história diferente no que respeita a estas liberdades, desenvolve-se, no entanto, também uma luta pela liberdade de imprensa e o direito do povo á informação. Procuro seguir as incidências dessa luta porque nada de relevante do que se passa na África do Sul nos deve ser indiferente.

Assim,mais recentemente, acompanhei com vivo interesse os debates que precederam a aprovação pelo Parlamento sul-africano da Lei de Proteção da Informação do Estado, e o envolvimento da sociedade civil, as preocupações que suscitou. Para reiterar que nada do que é relevante que se passe na África do Sul nos pode ser indiferente, sobretudo na perspectiva de uma cidadania austral que assumimos como destino comum. Do mesmo modo que nada do que de relevante se passe em Moçambique, no Zimbabwe, Namíbia ou Angola pode ser indiferente aos sul-africanos.

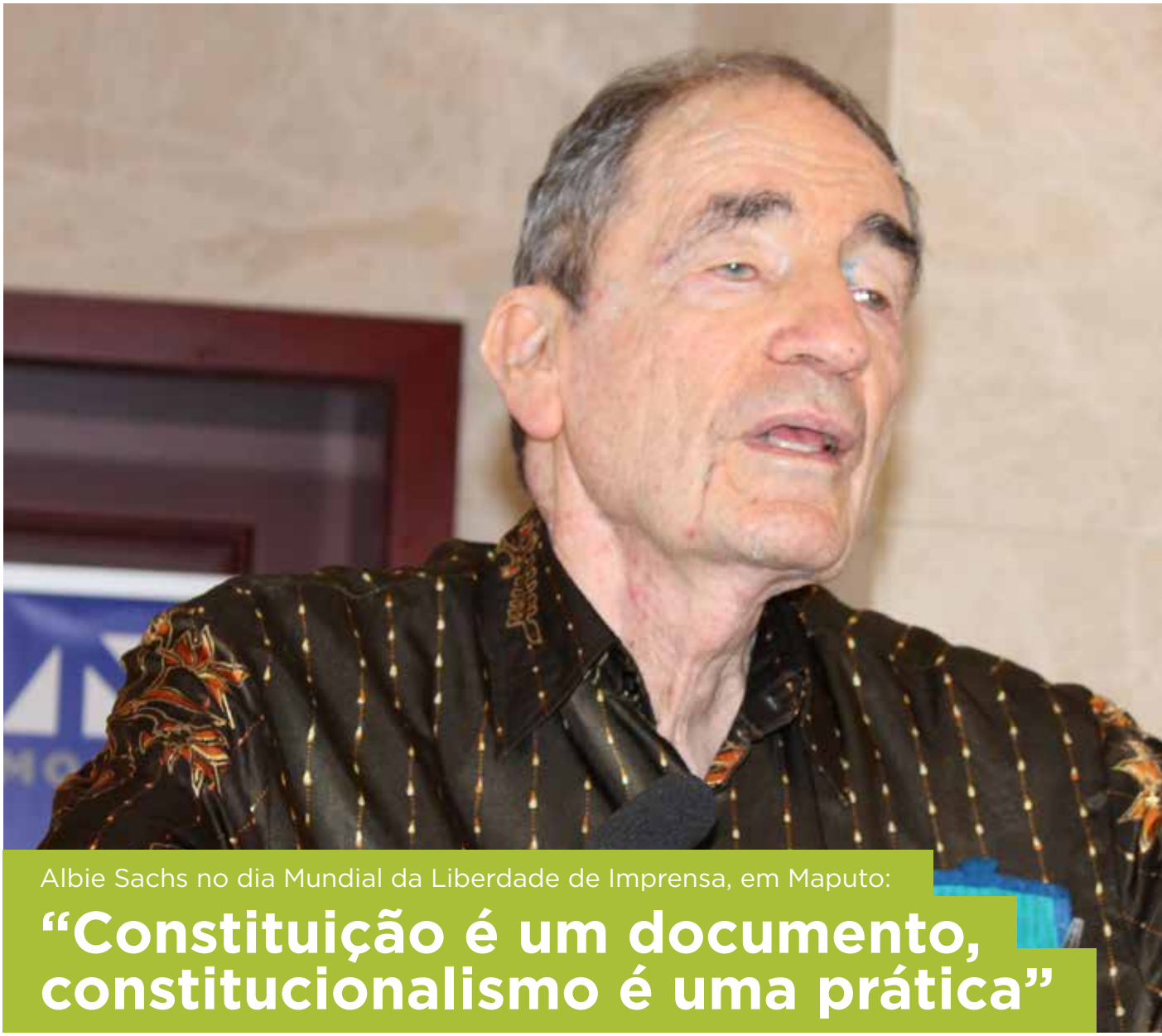
Tanto là como cà, as instituições judiciais jogam papel fundamental nesta luta na medida em que haja efectiva separação de poderes, e na medida em que elas se assumam emancipadas e vinculadas apenas à Constituição. É assim que nós temos também acompanhado com muito interesse como as instituições judiciais sul-africanas permanecem robustas e independentes dos outros poderes, destacando-se no topo da pirâmide judicial o Tribunal Constitucional da África do Sul. Excita-nos,pois, esta oportunidade e privilégio de partilhar experiências, reflexões e lições, aqui hoje, com Albie Sachs.

Mas devo conter-me e interromper aqui este exórdio que se propunha sê-lo apenas do orador e não da oração que nos vai proferir.

Assim, termino e, com honra e privilégio, convido Albie Sachs a dirigir-se à expectativa desta audiência, procedendo à apresentação do Tema I: «A relevância da liberdade de expressão, de imprensa e o direito à informação numa Democracia Constitucional: Notas Críticas».

Obrigado

Maputo, 03.05.2017



Albie Sachs no dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em Maputo:

# "Constituição é um documento, constitucionalismo é uma prática"

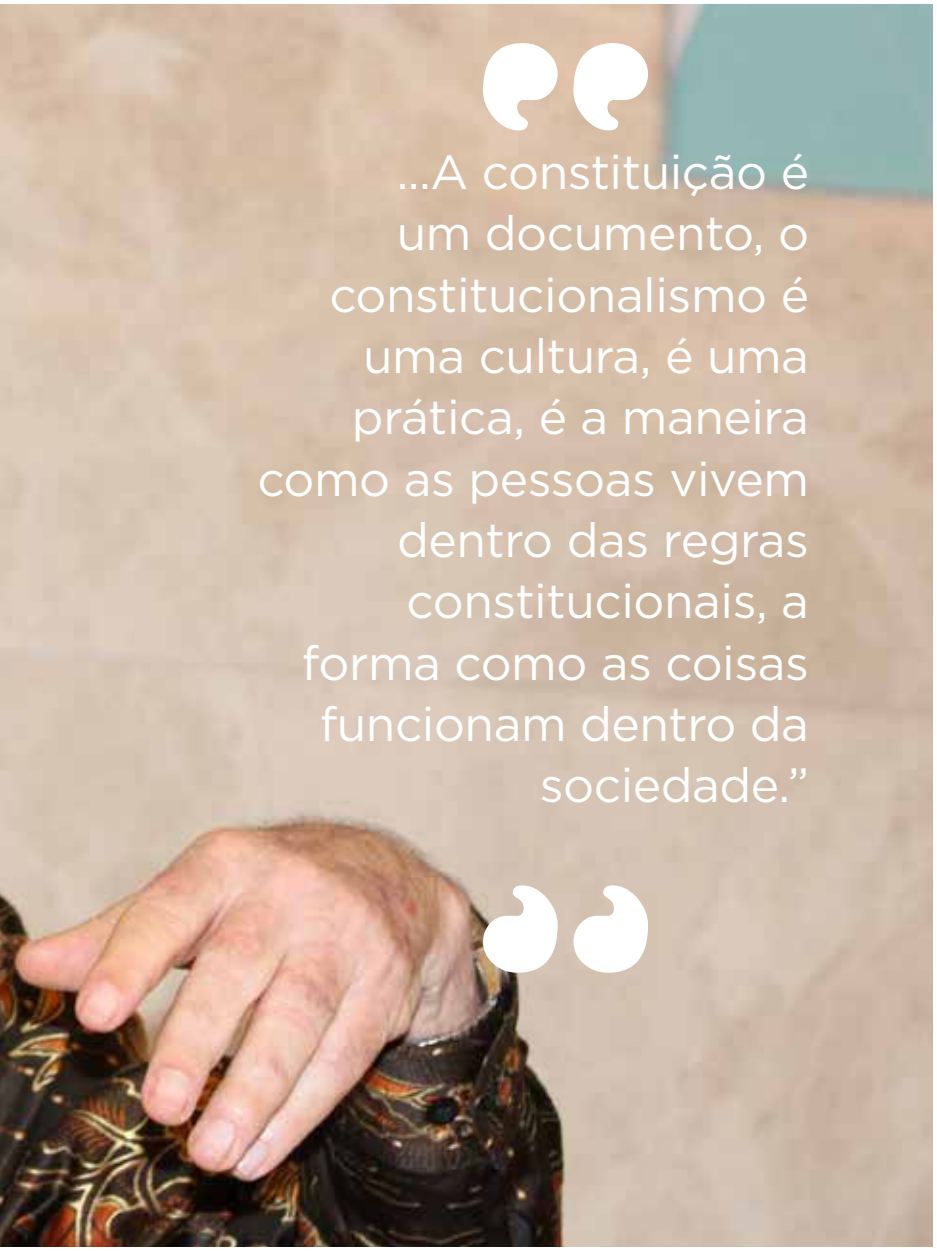
Dada a dimensão da data e a importância do evento, o MISA-Moçambique, em parceria com a Oxfam/IBIS, através do Programa AGIR, convidou, como orador de cartaz, uma figura cujas dimensões histórica, política e social são internacionalmente reconhecidas. Chama-se Albie Sachs, juiz jubilado do Tribunal Constitucional da África do Sul, com um passado historicamente ligado a Moçambique.

O tema para a sua locução era sugestivo: "*Mentes críticas para momentos críticos: O papel dos media para o desenvolvimento de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva*". Convidado a falar, Sachs fez uma trajectória da construção do Estado sul-africano e do desenho da sua constituição e relacionou esse evento ao processo da construção do Estado e da elaboração da constituição em Moçambique.

De acordo com o orador, Moçambique teve uma trajectória diferente da sul-africana. Primeiro conquistou a independência e depois anunciou uma constituição baseada no poder popular. Na África do Sul, a elaboração da constituição durou seis anos, facto que ele aponta como a razão de o seu país possuir uma "constituição muito forte."

No entanto, ele afirma que ter uma constituição forte não basta se não há uma cultura de constitucionalismo que envolva toda a sociedade:

"Quando analisava a constituição da Noruega, para ver se podia encontrar aspectos a integrar na nova




constituição sul-africana, descobri que, na Noruega, a constituição não é o documento importante. Não é um documento operacional, funcional na sociedade. Descobri que havia dois conceitos diferentes: a constituição e o constitucionalismo. A constituição é um documento, o constitucionalismo é uma cultura, é uma prática, é a maneira como as pessoas vivem dentro das regras constitucionais, a forma como as coisas funcionam dentro da sociedade."

O Dia Mundial da Liberdade de Imprensa foi adoptado pela UNESCO, em 1991, após a elaboração, no mesmo ano, da Declaração de Windhoek, capital de Namíbia.

## SUL-AFRICANOS IDENTIFICAM-SE COM O ADN DE OLIVER THAMBO

Albie Sachs não tem dúvidas de que os sul-africanos se identificam mais com o ADN de Oliver Tambo, daí considerá-lo de "verdadeiro pai da constituição sul-africana".

Afirma que o seu coração batia forte sempre que se dirigisse aos jovens revolucionários sul-africanos. Aponta três razões que os levaram a dirigir-se aos jovens revolucionários. Primeira, havia a necessidade de esclarecer que eles (os revolucionários) não eram terroristas mas pessoas sérias que "reivindicavam a igualdade e acreditavam nos direitos humanos". Segunda, devia difundir ou apresentar a visão de Oliver Thambo sobre o futuro da África do Sul. "O que queríamos era a partilha de poderes, entre os negros e os brancos e entre os zulos e os africanos, e toda a estrutura governamental estaria baseado na partilha de poderes".

No âmbito da partilha de poderes, foi proposto um modelo que ele considera que teria sido desastroso para a África do Sul. Tratava-se do modelo de "Democracia consorciacional, em que, por exemplo, "(Nelson Mandela governaria na segunda-feira, Frederick De Clerk, na terça-feira e Mangueshuthu Buthelezi na quarta-feira." E Oliver Thambo disse que "o que nós precisamos é uma carta dos direitos para todos os sul-africanos. Não porque somos negros nem porque somos brancos, não porque somos a minoria nem porque somos a maioria, mas porque somos seres humanos."

A terceira razão é que eles precisam de uma carta dos direitos para eles mesmos, que evitasse que se tornassem autoritários, dada a experiência que assistiam de alguns países que tinham conquistado o poder. "Defendemos que a nossa constituição devia baseiar-se na tensão de noções: perfeitabilidade e corruptibilidade. A constituição devia transmitir a esperança e o idealismo, por um lado, a possibilidade de combater a corrupção, por outro".

## "MOÇAMBIQUE SALVOU-ME DA MORTE"

Albie Sachs não se esqueceu de destacar o papel de Moçambique na luta contra o apartheid e considera o país o seu "segundo país" porque "Moçambique salvou-me, deu-me a segunda vida. A minha vida foi salva pelo Dr. Ivo Garrido."

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

# INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA OLDEMIRO BALOI, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA

## LEMA: MENTES CRITICAS PARA MOMENTOS CRÍTICOS: O PAPEL DOS MEDIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE PACÍFICA JUSTA E INCLUSIVA

MAPUTO, 03 DE MAIO DE 2017

**OLDEMIRO BALOI**
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Excelentíssimo Senhor Fernando Gonçalves,
Presidente do MISA-Moçambique;
Venerando Presidente do Tribunal Supremo;
Digníssimo Proverdor de Justiça;
Excelentíssimo Senhor Tomás Vieira Mário, Presidente do Conselho Superior de Comunicação Social;
Excelentíssimo Senhor Draffar Moussa-Elkadhum, Representante da UNESCO em Moçambique;
Excelentíssimo Senhor Mikael Elofsson, Encarregado de Negócios da Embaixada da Suécia em Moçambique;
Membros do Corpo Diplomático;
Minhas Senhoras;
Meus Senhores;
Distintos convidados
Caros Jornalistas

Antes de iniciar gostaria de dizer que estou aqui em representação do Primeiro-Ministro.
Permitam-me, em primeiro lugar, em nome do Governo da República de Moçambique, e em meu nome pessoal, endereçar as mais calorosas saudações a todos os jornalistas moçambicanos, e através de vós, aos profissionais da comunicação social de todo o mundo, por ocasião da passagem do dia 03 de Maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.
A minha presença constitui uma prova inequívoca do reconhecimento pelo Estado Moçambicano do papel imprescindível dos meios de comunicação social desempenham no processo de desenvolvimento do país, assim inclui a sua contribuição para o aprofundamento da nossa jovem democracia.
Nesta ocasião especial, gostaria de reafirmar o compromisso do Governo de continuar a trabalhar no sentido de garantir as condições necessárias para a prevalência de um ambiente em que os jornalistas realizem o seu trabalho em liberdade e com a devida independência.

Importa lembrar que a Constituição da República de Moçambique reconhece, no seu artigo 48, o direito de todos os cidadãos à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação.
Para além destas disposições, a Constituição reconhece ainda aos jornalistas o direito à liberdade de expressão e de criação, assim como a importância da faculdade

dos profissionais da comunicação social de protegerem a sua independência.

Ainda o número 5 deste mesmo artigo da Constituição determina, igualmente, a isenção dos meios de comunicação social do sector público, bem como a independência dos jornalistas que trabalham neste sector perante o Governo, a Administração e os demais poderes políticos. Na verdade, em Moçambique, a censura é um crime.

As garantias previstas na Constituição da República são operacionalizadas pela Lei de Imprensa, instrumento importante que regula tanto os direitos como as responsabilidades dos meios de comunicação social e dos jornalistas, incluindo o direito destes à protecção das suas fontes de informação.

Ciente das suas responsabilidades em relação a materialização do princípio constitucional da permanente participação democrática dos cidadãos na vida pública e a garantia dos direitos fundamentais conexos, o Governo propôs, e a Assembleia da República aprovou, em Dezembro de 2014, a Lei 34/2014, do Direito à informação, instrumento que impõe aos órgãos da administração pública e outras entidades que actuam no interesse público, a obrigatoriedade da disponibilização de informação que se afigure de interesse público.

A aprovação deste instrumento legal contribuirá também para o aprofundamento do princípio de transparência na gestão da coisa pública, permitindo a todos os cidadãos a faculdade de se inteirarem das actividades do governo e das demais instituições privadas cujas actividades tenham impacto na vida pública.

Além do acesso à informação é necessário que o cidadão seja dotado de um sentido suficientemente crítico para fazer dessa informação um recurso importante do exercício da sua cidadania. Não é por acaso que o escritor irlandês, Óscar Wilde, lançou, em 1895, um alerta segundo o qual "o público tem uma curiosidade insaciável de saber tudo, menos aquilo que vale à pena realmente saber. Os jornalistas, cientes disto, e tendo inclinações comerciais fortes, satisfazem esta procura".

Quer isto dizer que a relação simbiótica que existe entre a democracia e a liberdade de imprensa não implica apenas a simples garantia do direito à liberdade de expressão e o direito ao acesso à informação.
Ela implica também a grande responsabilidade que recai sobre os meios de comunicação social de veicular informação com rigor, ética e deontologia profissional bem como no respeito pela sociedade e seus valores.

Sobre este aspecto importa recordar ainda as palavras de Joseph Pullitzer, ícone do jornalismo americano, cujo nome é utilizado no mais prestigiado prémio jornalístico dos Estados Unidos desde 1917. Enfático e peremptório, ele alertou que, "Com o tempo, uma imprensa cínica, mercenária, demagógica e corrupta formará um público tão vil como ela mesma".

Aliás, a este mesmo propósito o artigo 28 da Lei de Imprensa impõe aos jornalistas, no desempenho das suas funções, os seguintes aspectos:

i. Respeitar os direitos e liberdades dos cidadãos;
ii. Ter como objectivo produzir uma informação completa e objectiva;
iii. Exercer a sua actividade profissional com rigor e objectividade;
iv. Rectificar informações falsas ou inexactas que tenham sido publicadas;
v. Abster-se de fazer apologia directa ou indirecta do ódio, do racismo, da intolerância, do crime e da violência;
vi. Repudiar o plágio, a calúnia, a difamação, a mentira, a acusação sem provas, a injúria e a viciação de documentos;
vii. Abster-se da utilização do prestígio moral da sua profissão para fins pessoais ou materiais;
viii. A República de Moçambique acolhe igualmente no seu ordenamento jurídico interno, todos os instrumentos de Direito Internacional sobre a liberdade de expressão e de informação.

De entre estes, destaca-se a Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão em África, aprovada em 2002 pela Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, um órgão da nossa organização continental, a União Africana.

É em pleno reconhecimento da urgência da protecção das liberdades de expressão e de imprensa para a promoção do desenvolvimento das sociedades, que a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou, em 1993, o 3 de Maio como Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Esta decisão histórica também destaca a necessidade de a imprensa actuar num ambiente de independência, de pluralismo e de liberdade como factores imprescindíveis para o desenvolvimento da humanidade.

Este ano, a UNESCO, ao propor-nos as comemorações do 03 de Maio, sob o lema "**Mentes críticas para momentos críticos: O papel dos media para o desenvolvimento de uma sociedade pacífica, justa e**

**inclusiva**"; relembra o papel que os media devem assumir no desenvolvimento das sociedades, no quadro da Agenda dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), assumidos por todos países membros das Nações Unidas, em Setembro de 2015.

Com efeito, o objectivo 16 destes instrumentos das Nações Unidas determina que "os media têm o papel de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, permitir acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, a todos os níveis".

Estas responsabilidades atribuídas ao mais alto nível à comunicação social, mostram que o processo integrado do desenvolvimento das sociedades que se almeja até o ano 2030, não se pode concretizar sem o respeito pela liberdade de imprensa, através da qual se promove uma maior informação, participação, alerta e monitoria do processo de implementação das políticas públicas.

**Minhas Senhoras;**
**Meus Senhores;**
**Caros Jornalistas**

A nossa visão, como Governo é de que, ao promovermos um ambiente favorável à liberdade de expressão e de imprensa, os media participem, de forma proactiva nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável como um corpo único que deverá ser visto de forma integrada. Processo este que Moçambique deve ter performace mais do que teve nos Objectivos do Desenvolvimento do Millenium.

O alcance das metas propostas pelas Nações Unidas, e assumidas pelo Estado Moçambicano, não poderá ser vista de forma parcelada e repartida, mas sim através de uma abordagem global, na qual a comunicação social tem um papel crucial a desempenhar.

Olhamos ainda para a proposta de reflexão mundial da UNESCO para as comemorações do 03 de Maio de 2017 como carregados de um elevado sentido de oportunidade, por três razões:

i. Primeira, a pertinência de garantir um maior acesso à informação e um melhor relacionamento entre as entidades públicas e os media em prol de um jornalismo de qualidade e de informação precisa que permita uma melhor informação aos cidadãos, permitindo que estes participem nos esforços do governo para o desenvolvimento;

ii. Segunda, os moçambicanos encontram-se numa fase avançada num processo de aproximação e de diálogo no sentido de superarem os conflitos políticos e militares que têm vindo a minar os esforços pela paz. A proposta de tema da Unesco, ao focalizar se no papel dos media na promoção do diálogo para a paz, chama ainda mais à responsabilidade os profissionais da comunicação social no sentido de participarem na busca de soluções e não na perpetuação dos conflitos;

iii. Terceira, as liberdades de expressão e de imprensa e o direito à informação devem ser concebidos como elementos fundamentais para a construção de um País mais inclusivo. É neste sentido que apoiamos, sem reservas, o estabelecimento de uma plataforma de trabalho conjunto entre os actores estatais e não estatais, visando, por um lado, dinamizar a implementação de um processo de educação cívica sobre a Lei do direito à informação, por outro, o engajamento de todos no processo de revisão da Lei de imprensa, que se revela urgente para a materialização e ampliação dos espaços de exercício responsável da liberdade de imprensa.

O papel e o lugar privilegiado atribuídos pelo Estado Moçambicano à liberdade de imprensa revela-se nas políticas de abertura que se materializam na Constituição da República, na Lei de Imprensa e nos planos de governação, que concebem a comunicação e a relação com o cidadão como um factor imprescindível para o alcance das metas de desenvolvimento estabelecidas para o nosso País.

É neste quadro que o Governo de Moçambique tem a imprensa como um parceiro fundamental no quadro das suas acções de desenvolvimento. A importância que o Governo atribui a uma imprensa livre, independente e pluralista pode ser também ilustrada pela a nossa postura de diálogo e abertura com os media na prestação de informação sobre as principais problemáticas que afectam o País.

**Caros profissionais da comunicação social;**
**Minhas Senhoras e**
**Meus Senhores;**
**Distintos convidados;**
Queremos, mais uma vez, reiterar o nosso compromisso e reconhecimento do vosso papel como parceiros do Governo nos esforços tendentes ao desenvolvimento da sociedade, saudando-vos deste modo pela comemoração do 03 de Maio.

Que a liberdade de imprensa continue a ser o vosso baluarte e meio para uma maior contribuição nos esforços de desenvolvimento do nosso país , garantindo um maior acesso à informação, transparência, participação e educação de todos os moçambicanos.

Com estas palavras gostaria de desejar sucessos nos debates que se seguem e declaro aberta a conferência nacional sobre "**Mentes críticas para momentos críticos: O papel dos media para o desenvolvimento de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva".**

# Liberdade de Imprensa é sempre uma conquista

Outros painelistas que se seguiram à apresentação de Albie Sachs destacaram que a consagração legal de um direito como a liberdade de imprensa é uma necessidade e continuará a ser um processo de luta contínua, e não um processo que se possa dar como terminado.

Teodato Hunguana, antigo juiz conselheiro do Conselho Constitucional, ex-ministro de Informação e deputado, foi um dos defensores desta ideia. Para ele, a consagração legal destes direitos e liberdades nunca foi um processo instantâneo, pacífico ou linear, menos ainda a sua implementação. São processos "duma luta que continua. E porque se trata de uma luta pelas liberdades que consubstanciam a própria Liberdade, a Democracia e a Dignidade do povo, são lutas difíceis; como disse, por vezes, duras e dramáticas, incluindo até o sacrifício supremo ou o derramamento de sangue". Acrescentou que o emblemático desta luta é o assassinato de Carlos Cardoso, como o é, de entre outros, o julgamento do «caso Nuno Castel-Branco» e, mais recente, o bárbaro e selvático ataque ao Prof. Jaime Macuane, naquilo que foi tratar a liberdade de expressão à lei da bala.

Sobre o papel dos Media para o desenvolvimento do país, João Pereira, director da Fundação MASC, considera que, para se construir uma sociedade inclusiva, é necessário que haja antes uma inclusão dentro dos media. Esta ideia também é defendida pelo jornalista Rogério Sitoe, que olha para o conceito de inclusão, aliada à abrangência dos media e ao conselho de redacção, como tripé o fundamental para o desenvolvimento de Moçambique através dos medias.

Por seu turno, o filósofo e professor universitário, José Castiano, disse ser preciso investir na formação dos jornalistas, sobretudo no jornalismo investigativo, pois, nele estão baseados valores muito fortes que vão além da pessoa e do espectáculo.

Na ocasião, procedeu-se ao lançamento do relatório do Estado da Liberdade de Imprensa e de Expressão em Moçambique, produzido pelo Misa-Moçambique, referente ao período de 2010 a 2015.

United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

**Intervenção do Representante da UNESCO em Moçambique por ocasião Do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa**

Maputo (Moçambique), 3 de Maio de 2017

**DJAFFAR MOUSSA-ELKADHUM**
Representante
da UNESCO

Sua Excelência Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, em representação do primeiro ministro;
Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior da Comunicação Social;
Excelentíssimo Senhor Presidente do MISA-Moçambique
Representantes das Instituições do Governo de Moçambique e da Comunicação Social;
Excelentíssimo Senhor Chefe de Cooperação Embaixada da Suécia em Moçambique,
Representantes e Parceiros do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa
Distintos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em primeiro lugar, em nome da UNESCO e em meu nome pessoal, saúdo a todos presentes nesta conferência para celebrar o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa em Moçambique.

Com a permissão de Vossas Excelências, passarei neste momento, a ler a mensagem da Senhora Irina Bokova, Directora Geral da UNESCO, por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa neste ano, 2017:

O tema do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa 2017 é "Mentes Críticas para Tempos Críticos"

"Somente a independência, a força do carácter, a objetividade e o bom senso dos jornalistas e dos Mídias permitem superar as terríveis ameaças do novo mundo que perigam a liberdade de informação em toda parte do planeta".

Essas palavras foram escritas pelo jornalista colombiano Guillermo Cano Isaza, dois anos antes do seu assassinato em 1986. Continuam ecoando ainda hoje, 33 anos depois, quando celebramos o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa e o 20º aniversário do Prémio Mundial da Liberdade de Imprensa UNESCO-Guillermo Cano.

O jornalismo, que enfrenta uma crise de identidade do público, está a ver perfilado um horizonte em que as ameaças do passado estão a se-juntar com as novas. O sector dos Mídias está sendo abalado em profundidade com o surgimento de redes digitais e mídia social.

Jornalistas-cidadãos estão a redesenhar as fronteiras do jornalismo. A responsabilização dos meios de comunicação e a sua credibilidade estão a ser debatidas. Na Internet, a fronteira entre publicidade e material editorial não está clara, e vemos actores privados erguendo-se como intermediários-chave, acompanhados por novas formas de "censura privada". A estes desafios agregam-se transformações mais profundas da sociedade. O Dicionário Oxford escolheu "pós-verdade" (*Post-truth*) como palavra do ano 2016. Esse conceito, combinado com outro - "notícias falsas"-, levanta muitas perguntas que poem em questão as bases do jornalismo livre, independente e profissional.

Tudo isto surge numa altura em que a liberdade, a independência e a pluralidade dos meios de comunicação nunca foram tão importantes para empoderar as mulheres e os homens individualmente, para reforçar a boa governação e o Estado de Direito e levar adiante a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em particular o Objectivo 16 que visa construir sociedades

justas, pacíficas e inclusivas. Os meios de comunicação social não devem apenas ser uma fonte de informação fiável - devem proporcionar uma plataforma para uma multiplicidade de vozes e mobilizar novas forças para a tolerância e o diálogo.

O que está em jogo é evidente. Precisamos de um jornalismo original, crítico e bem documentado, guiado por altos padrões profissionais, éticos e por uma educação dos Mídias de qualidade - combinado com audiências que tenham as habilidades corretas dos Mídias e informação.

A UNESCO lidera esse trabalho em todo o mundo, começando pela defesa da segurança dos jornalistas. Muitas vezes, o assassinato continua a ser a forma mais trágica de censura - Em 2016, 102 jornalistas foram mortos. Isso é inaceitável e enfraquece as sociedades como um todo. É por isso que a UNESCO, com seus parceiros, está liderando o Plano de Acção da ONU sobre a Segurança dos Jornalistas e a questão da Impunidade em todo o mundo.

Os tempos críticos exigem mentes críticas. Hoje, apelo a todos para despertar suas mentes para defender as liberdades que são essenciais para a justiça e a paz - esta é a mensagem da UNESCO para o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa 2017.

Agradecer o Governo de Moçambique aqui representado por Sua Excelência Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, por criar um ambiente favorável a liberdade de imprensa

Agradecimentos especiais ao MISA-Moçambique e a todos os parceiros por organizarem esta celebração.

Para finalizar a minha intervenção, gostaria de desejar a todos votos de sucesso nos debates que terão lugar hoje e estou ciente de que os mesmos irão produzir resultados que possam contribuir para uma cultura e prática de um jornalismo crítico e livre.

Muito obrigado Pela Vossa Atenção!

Maputo, 3 de Maio de 2017

## Inhambane

# Jornalistas clamam por maior acesso a lugares públicos

O presidente do Núcleo Provincial do MISA-Moçambique de Inhambane, Alexandre Matsimbe, disse que, na província, esta organização tem recebido inquietações de profissionais de comunicação social relacionadas com uma alegada interdição de participar em alguns eventos onde são tratados assuntos de interesse público.

Matsimbe acrescenta que, mesmo nos casos em que há permissão, os jornalistas apenas acompanham os discursos de abertura e ou a agenda de trabalhos e, depois, fecham-se as portas, mantendo-se as discussões no secretismo.

Estas práticas, segundo o Presidente do MISA em Inhambane, têm a mão dos adidos de imprensa ou dos porta-vozes, sendo que alguns até obrigam os profissionais a entregar-lhes a lista das perguntas a serem colocadas ao chefe e, mais tarde, as mesmas são alvo de censura.

Ao agirem assim, os adidos de imprensa, ou "os fiéis aos chefes", conforme os apelida Alexandre Matsimbe, tentam mostrar ao seu superior hierárquico que comandam a imprensa, ou seja, divulgam o que é do seu agrado, o que constitui uma violação da lei de imprensa em vigor no país desde 1991.

Matsimbe refere ainda que alguns porta-vozes não acompanham o calor das discussões dos eventos e, quando saem para a comunicação, não avançam informação com substância.

Matias Vilanculo, Secretário do Sindicato Nacional de Jornalistas e um dos oradores, referiu que o jornalismo moçambicano está a evoluir, mas precisa de ser aperfeiçoado através de práticas que dignifiquem a profissão.

O jornalista é chamado a fazer uma leitura crítica do seu trabalho, assumir os erros, partilhar ideias e propostas de solução dos problemas que enfrenta.

"Somos felizardos, porque logo cedo o governo de Moçambique reconheceu a importância do exercício da nossa profissão, criando dispositivos legais que facilitem o nosso trabalho e nós não podemos usar e abusar destas facilidades para fazer e desfazer", afirmou Vilanculos, acrescentando que os jornalistas devem "noticiar factos e não especulações".

O jornalismo investiga para difundir e não difunde para depois investigar, como acontece noutras instituições- aditou Vilanculo, para quem um jornalismo sério não admite desmentidos, porque faz tudo com rigor e ao detalhe para não permitir esta vergonha. "Desmentidos colocam o

órgão no descrédito", finalizou o Secretário Provincial do SNJ.

Para Eugénio Arão, outro orador, o jornalismo moçambicano está a "sofrer uma erosão de princípios éticos" e parece ser um "campo fácil de navegar", atendendo o número de pessoas que abraçam esta área porque "apenas querem buscar o seu sustento".

"Hoje assistimos a pessoas que, quando escrevem nas paredes, no dia seguinte intitulam-se de jornalistas e burlam as fontes", denunciou o palestrante, acrescentando que a introdução da carteira profissional podia minimizar o problema.

Eugénio Arão aconselhou o SNJ e o Misa a trabalharem juntos no sentido de travar estas atitudes que mancham a classe jornalística, cujo exercício da profissão está a ser "dumbanguenizado" .

Alberto Simango, outro orador, falou dos desafios na gestão da empresa jornalística na era digital. Para ele, a imprensa, na hodiernidade, deve reinventar-se tendo em conta que a velocidade das tecnologias está a reduzir o campo de actuação das empresas jornalísticas.

Simango referiu que, por exemplo, as empresas de imprensa escrita reduziram sobremaneira a sua tiragem porque o jornal físico não é preferido pelos leitores, sobretudo os concentrados no centros urbanos.

"É preciso que estas empresas potenciem a distribuição electrónica dos jornais para poderem sobreviver nesta era digital"- aconselha Simango.

Já o procurador Sinai Lonzo, também orador no evento, disse haver na classe jornalística exageros na abordagem de assuntos, o que acaba se consubstanciando na violação da lei.

Para Sinai Lonzo, ninguém está acima da lei; daí que os profissionais de comunicação social são chamados a respeitá-la.

Lonzo falou das rivalidades entre os órgãos da administração da justiça e da imprensa na investigação de assuntos. O Procurador refere que há uma fase do processo (instrução preparatória) em que não se pode divulgar qualquer informação, sob pena de ferir os direitos dos cidadãos, mas alguns jornalistas não compreendem isso, interpretando como recusa na disponibilização de informação.

> "Hoje assistimos a pessoas que, quando escrevem nas paredes, no dia seguinte intitulam-se de jornalistas e burlam as fontes"

**DANIEL CHAPO**
Governador de Inhambane

## Governador contra jornalistas sensacionalistas

O Governador de Inhambane, Daniel Chapo, disse haver, na província, uma tendência para um jornalismo sensacionalista, violando a lei e os princípios de ética jornalística.

Chapo indicou que o jornalismo que alguns profissionais desenvolvem não é investigativo.

"Há jornalistas que não aprofundam os assuntos que tratam e, muitas vezes, reportam mentiras porque estão com pressa de divulgar certas informações", referiu o timoneiro de Inhambane.

Chapo sublinha que, fora estes poucos que mancham a classe, os profissionais da comunicação social têm desempenhado um papel importante na difusão de mensagens educativas e de formação de opinião pública.

O governador de Inhambane assegura que o seu executivo continuará a manter a aliança com a comunicação social de modo a acelerar-se o passo rumo ao desenvolvimento da província.

CONSELHO SUPERIOR
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Intervenção por ocasião do 3 de Maio de 2017, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

**TOMÁS VIEIRA MÁRIO**
Presidente do Conselho
Superior de Comunicação Social

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Dr. Oldemiro Baloi;

Ilustre Dr. Teodato Hunguana, Distinto Cidadão Nacional, de quem aprendemos os valores da cidadania activa, na persistente e consistente defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionais dos cidadãos;

Ilustre Dr. Albie Sachs, Juiz Jubilado do Tribunal Constitucional da África do Sul, admirável combatente da liberdade, que protagonizou uma "Suave Vingança" contra o odioso regime do apartheid, aqui mesmo na nossa Cidade de Maputo, já lá vão quase 30 anos….

Ilustre Representante da UNESCO em Maputo

Respeitados Membros do Corpo Diplomático

Caro amigo Fernando Goncalves, Presidente do MISA Moçambique

Caros colegas

Meus Senhores e Minhas Senhoras

Começo por saudar o MISA Moçambique, pela oportunidade que nos proporciona, de estarmos aqui juntos, para assinalar o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. O Presidente do MISA Moçambique, o ilustre editor Fernando Goncalves, já nos deu o contexto histórico desta data, e destacou ter sido na nossa região, aqui na África Austral, e mais precisamente na capital namibiana, Windhoek, onde a data emergiu, em 1991, sendo proclamada internacionalmente em 1993.

Ela emergiu para assinalar na histórica conclusão de um documento que viria a provar-se como um verdadeiro farol, na caminhada que então acabava de se iniciar no nosso continente, rumo ao estabelecimento de regimes democráticos multipartidários – o caminho da Liberdade de Imprensa. Trata-se, com efeito, da Declaração de Windhoek, preconizando o estabelecimento de uma imprensa livre, pluralista e independente em África.

E um dos principais resultados da Declaração de Windhoek foi a criação, exactamente, do próprio MISA, como uma organização regional de defesa e promoção da Liberdade de Imprensa, a qual é apenas uma manifestação específica, de uma liberdade ainda maior, a liberdade de expressão.

Assim, a existência do próprio MISA – sem duvida uma das organizações regionais de media mais resistentes e prestigiadas do Continente Africano – constitui homenagem à Declaração de Windhoek, de 1991, assinada sob os auspícios da UNESCO, o braço intelectual da Organização das Nações Unidas.

Por isso devemos, sempre, endereçar uma saudação especial à UNESCO, pela sua perseverança na defesa e promoção de valores fundamentais da dignidade humana: as liberdades de expressão e de imprensa, bem como o direito à informação.

Mas nos esforços antes, durante e depois da Declaração de Windhoek a imprensa africana de um modo geral, e a imprensa moçambicana, em particular, contaram sempre com uma mão amiga, sempre solidária e muito generosa: a mão dos países nórdicos. A Suécia, a Noruega, a Dinamarca e também a Finlândia ocuparam sempre os lugares da frente, no apoio a uma imprensa livre, independente e pluralista no nosso continente e no nosso próprio país. Não tenhamos duvidas: o MISA em toda a região da África Austral, e ao longo de várias dezenas de anos, sustentou-se graças ao apoio generoso da Suécia e de outros países nórdicos. Por isso é justo que em ocasiões como esta exprimamos o nosso

reconhecimento e gratidão a essa infinita generosidade nórdica.

Mas, no caso especifico de Moçambique, devemos recordar que, três meses após a Declaração de Windhoek, a Assembleia da Republica aprovou, em Agosto de 1991, a Lei de Imprensa. Ora, a liberdade de imprensa, a liberdade de expresso e o direito à informação emergiram e se expandiram em Moçambique, porque encontraram, sempre, uma base política, um ambiente sócio-politico favorável, proporcionado por um quadro jurídico-constitucional e legal aberto e progressiva. É por isso também justo reconhecer o ambiente geralmente politicamente favorável ao exercício da liberdade de imprensa assegurado pelo governo moçambicano, ao longo de quase três décadas, apesar de algumas pedrinhas que por vezes se sentem dentro dos sapatos, como referiu há bocado o Presidente do MISA Moçambique.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O lema das celebrações do Dia Mundial da Liberasse de Imprensa, este ano, é:

*"Mentes críticas para momentos críticos: O papel dos media para o desenvolvimento de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva".*

A UNESCO não poderia ter escolhido melhor lema. Se podemos considerar um tal lema como intemporal e verdadeiramente universal, parece-nos no entanto particularmente ajustado para as circunstâncias sócio-politicas e económico-financeiras, actuais de Moçambique.

Na época histórica da proliferação de canais e de plataformas diversas de informação, disseminada e consumida instantaneamente, através dos médios digitais ou redes sociais, os desafios que se colocam aos profissionais de Comunicação social são ainda mais difíceis. Porque aquele que ao longo de séculos era a rainha do jornalismo – a noticia -, o facto ou o acontecimento novo, que era então revelado em primeira mão pelo jornalista – essa jóia da coroa não existe mais. Ninguém mais fica à espera do jornalista para saber do que ocorreu à sua volta, no país vizinho ou mesmo na Chechénia.

Essa ocorrência chega a cada um dia no mesmo instante através de uma multiplicidade de meios. E pergunta-se: o que resta da profissão do jornalista?

O que dele resta é o retorno ao cerne da profissão: a interpretação e a contextualização dos acontecimentos; isto é, o processo interpretativo que não veja na notícia apenas um acontecimento, mas um assunto; isto é, as suas causas e seus efeitos, reais ou potenciais.

Mas tal exercício exige mentes críticas.

Uma mente crítica é a mente que no dia de chuva, além de ver o céu nublado, também vê o Sol escondido, porque o Sol sempre está lá; uma mente crítica não se satisfaz em apenas sobre problemas - procura saber as causas e as tira da obscuridade; uma mente crítica não confunde o ser isento como o ser cinzento; uma mente crítica não confunde a objectividade com o a-criticismo; uma mente crítica não confunde o respeito pela diferença com o acefalismo. Uma mente crítica é uma mente ousada, a mente viciada pela procura incessante da prova da verdade dos factos.

No seu discurso de abertura da Conferência Nacional sobre Comunicação Social, Violência e Paz, organizada pelo Conselho Superior da Comunicação Social, em Novembro de 2015, Sua Excelência o Presidente da Republica, Filipe Jacinto Nyusi dizia o seguinte:

*"Dissemos antes que as boas ideias não têm cor partidária. Pois o bom jornalismo tem uma única cor:* ***o respeito pela Verdade****. Para chegar à Verdade, porém, há um trabalho apurado a ser feito. É preciso investigar os factos, escutar e interrogar as fontes e ser eticamente responsável".*

Mas, acrescentamos nós, só mentes críticas investigam! As outras mentes...não! As outras mentes satisfazem-se com a mera especulação; com meras suposições e com rumores. As outras mentes satisfazem-se em acusar sem dar oportunidade ao contraditório; para esses basta dizer: "tentativas de ouvir o acusado redundaram em fracasso". Mas na verdade quem redundou em fracasso é claramente o autor de uma tal reportagem, pois, assim, ele apenas disseminou rumores e, eventualmente, desestabilizou, com a sua notícia, a sociedade.

Haverá, nos dias de hoje e aqui entre nós, desafios maiores que esses, para a nossa imprensa? Parece-me ser este o desafio que a UNESCO nos lança, com o lema:*"Mentes críticas para momentos críticos: O papel dos media para o desenvolvimento de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva".*

Por isso muito obrigado à UNESCO e ao MISA Moçambique por esta oportunidade.

Maputo, aos 03 de Maio de 2017

## Em Sofala

# Alguns jornalistas ignoram princípios éticos

Profissionais de comunicação social, em Sofala, reconheceram que alguns jornalistas se eximem da ética no exercício das suas funções. Falando por ocasião da celebração do dia mundial da liberdade de imprensa, cuja efeméride foi assinalada por várias actividades, entre palestras e o lançamento do relatório do estado da liberdade de imprensa e de expressão em Moçambique, os jornalistas foram unânimes em afirmarem que "algo deve ser feito para purificar a classe".

O debate iniciou depois de o jornalista sénior, Horácio João, ter apresentado um tema sobre "Ética e Deontologia Profissional do Jornalista, Desafios do Momento e a Imperatividade do Associativismo", no qual denunciou, de forma clara, as actuações de alguns profissionais que agem como se de mercenários se tratassem. Referiu que alguns jornalistas são conhecidos por extorsão e escrevem as suas matérias sem seguir o princípio do contraditório, que é um princípio basilar da construção de uma notícia.

"A bandeira de um jornalista é a justiça, equidade e honestidade, não o contrário. Aristóteles fala de prudência no exercício de qualquer actividade, temos, no exercício das nossas funções, embarcar na prudência. A moral deve conduzir-nos", disse Horácio João.

No capítulo do associativismo, Horácio João afirmou que é necessário que o jornalista faça parte de certas organizações, sendo o MISA, um dos organismos que se destaca no país na defesa dos jornalistas.

"Tal como acontece com outros profissionais, nós temos que fazer parte das organizações, sendo o MISA a única que se faz presente em todas as ocasiões. Todos sabemos do historial do MISA na promoção e defesa dos direitos da liberdade de im-

© Fotolia/sahua d

prensa e de expressão, pelo que é imperioso que nos juntemos ao grupo".

Nos debates, o jornalista Moisés Wetela, do Diário de Moçambique, disse que os colegas que têm pautado por vias erradas é que mancham a classe. "É preciso que se acelere a questão de carteira profissional de jornalista. Tal como disse Horácio João, na sua apresentação, quem não deve não teme, pelo que a carteira profissional vai nos permitir separar o trigo do joio".

Já a jornalista da Radio Chiveve, Isabel Jacinto, referiu que as más práticas por parte da classe parecem estar institucionalizadas, sendo que, muitas vezes, se tem ouvido que os jornalistas extorquiram as suas fontes, ameaçando publicar determinada informação caso não sejam pagos.

"Queremos que o MISA ou o Sindicato faça algo para purificar a nossa classe, senão chegaremos a um tempo em que teremos vergonha de dizer que somos jornalistas".

Por seu turno, António Mavila, correspondente do "A Bola", referiu que o jornalista deve saber ser e estar, convidando as organizações que congregam jornalistas a começarem a agir.

"Os jornalistas não devem ficar calados perante alguns atropelos nossos. É preciso que estejamos limpos para podermos exigir urbanidade a outras classes".

Já Cleidy da Silva, da Mediacoop, na cidade da Beira, disse que a classe precisa de fazer uma introspecção profunda porque há muita coisa que não está a correr bem na classe. Segundo afirmou, a desorganização dos profissionais pode fazer com que os predadores da liberdade de imprensa e de expressão se aproveitem. "Estejamos unidos e só assim é que se vai respeitar a profissão de jornalista", disse Cleidy.

Já o presidente do núcleo provincial do MISA-Moçambique em Sofala, Rodrigues Luís, que apresentou o teor do relatório do estado da liberdade de imprensa e de expressão em Moçambique, referiu que o debate sobre a ética e a deontologia profissional é de capital importância para a classe jornalística, pois, confere valor a vários ingredientes que se encaixam na formação de um Estado de Direito.

> "A bandeira de um jornalista é a justiça, equidade e honestidade, não o contrário. Aristóteles fala de prudência no exercício de qualquer actividade..."

"Esta reflexão é muito importante, dado que o relatório produzido pelo MISA-Moçambique, aponta a província de Sofala como tendo registado o maior número de atropelos ao livre exercício de jornalista. Se estiverem atentos à página 6 do presente relatório, verão que Sofala é um dos pontos que se registaram casos de violações das liberdades de imprensa em Moçambique no período 2010-2015. A questão que devemos levantar é: Por que é que continuamos a ser maltratados, o que devemos fazer para impedir que se perpetuem os ataques contra a imprensa e a liberdade de expressão?".

Rodrigues Luís avançou a necessidade de os jornalistas, estudantes de comunicação e qualquer outra pessoa que se identifique com os princípios das liberdades de imprensa e de expressão se apropriarem do MISA para participarem na defesa da classe.

"Penso que, até hoje, a única plataforma válida onde podemos discutir os nossos problemas com vista à melhoria da nossa classe é no MISA; pelo que estão abertas as portas. É preciso que sejam membros para se apropriarem plenamente dos instrumentos que o MISA possui", disse Luís, que também explicou aos presentes o estágio actual da organização, que, segundo ele, está na fase de reanimação, depois de um longo interregno em que esteve votada.

Em representação da governadora de Sofala, Maria Helena Taipo, a delegada do Instituto de Comunicação Social, Sílvia Afonso apelou aos jornalistas a exercerem as suas actividades não se esquecendo da parte social, que é informar para criar um ambiente favorável à província.

"Guiados pela ética e deontologia profissional, solicitamos os profissionais de comunicação social nesta província a trabalharem no sentido de exercerem influências para catapultar a economia da nossa província. A nossa forma de abordar as questões nos nossos órgãos de comunicação social permitirá que atraiamos mais investidores. Se o fizermos de forma hostil a situação fica contrária. Reconhecemos o profissionalismo de muitos jornalistas e contamos convosco na vossa batalha para o desenvolvimento da nossa província", concluiu Sílvia Afonso, que congratulou o MISA-Moçambique pelos esforços que vem desempenhando para que se cumpra o comando constitucional de promoção da liberdade de imprensa e de expressão no país.

MISA MOÇAMBIQUE

*Dia Mundial da Liberdade de Imprensa em Moçambique 2017 –*

**FERNANDO GONÇALVES**
Presidente do MISA Moçambique

***"Mentes críticas para momentos críticos: O papel dos media para o desenvolvimento de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva"***

Sua Excelência Oldemiro Baloi, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em representação do Governo de Moçambique,

Exmo Senhor Representante da UNESCO em Moçambique,

Exma Senhora Directora do GABINFO,

Senhores Embaixadores e outros representantes do Corpo Diplomático,

Caros Colegas,

Minhas Senhoras, meus Semnhores,

Permitam-me, em primeiro lugar, que aproveite esta ocasião para felicitar, de forma efusiva, todos os jornalistas moçambicanos, por ocasião das comemorações, hoje mesmo, do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Através de vós, gostaríamos também de dirigir uma saudação especial aos jornalistas de todo o mundo, manifestando, dessa forma, a nossa solidariedade para com aqueles que continuam a ser perseguidos, encarcerados ou mortos pelo simples facto de estarem a exercer a sua profissão.

Esta é uma celebração que já se tornou habitual no nosso país desde 1993, quando a data foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em reconhecimento da importância de que se reveste a liberdade de imprensa, como condição fundamental para o aprofundamento da democracia.

Nesta data, o MISA-Moçambique junta-se aos seus parceiros, para uma jornada de reflexão sobre os avanços alcançados na luta que jornalistas de todo o mundo, e do nosso país em particular, travam em prol de uma sociedade justa, segura e próspera.

De facto, numa altura em que o trabalho dos media enfrenta os desafios do medo e do sensacionalismo, reservarmos algum tempo para reflectir sobre um jornalismo de integridade, baseado na verdade como elemento essencial, é uma obrigação profissional de que não nos podemos descurar.

A liberdade de expressão, e por extensão a liberdade de imprensa, é um direito humano fundamental, tal como se afirma no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Uma grande parte das disposições deste importante instrumento de Direito Internacional é acolhida na nossa Constituição, na Lei de Imprensa e na Lei do Direito à Informação.

O famoso escritor George Orwell, dizia que a liberdade de imprensa, se é que nos diz alguma coisa, significa o direito de criticar e de se opor.

E o antigo Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, acrescentava que "o jornalismo de qualidade permite aos cidadãos tomar decisões informadas sobre o desenvolvimento da sua sociedade".

Ainda de acordo com Ban Ki-moon, um jornalismo de qualidade "funciona também para denunciar a injustiça, a corrupção e o abuso do poder. Para tal, o jornalismo deve estar em condições de se desenvolver num ambiente adequado, onde os jornalistas gozam de independência, sem qualquer tipo de interferência, e em condições de segurança".

Um jornalismo de qualidade e responsável tem a função de servir como os olhos e ouvidos da sociedade.

E se estivermos conformados com o princípio de que o exercício do poder público requer responsabilidade,

devemos então aceitar que seja justificável que esse mesmo poder esteja sujeito ao escrutínio polica que inistraçma matpendespeito pelo princuiçe seja justificúblico, o que pressupõe a sua sujeição ao princípio de prestação de contas.

Nestas circunstâncias, é lícito afirmar que o poder público se deve conformar com os ditames da Constituição, o que em si significa o respeito pelo princípio da legalidade e da independência do poder judicial.

Em razão disso, não pode haver nenhuma matéria da administração pública que possa justificar a actuação dos detentores do poder público fora dos limites impostos pela Constituição.

Muitas vezes, e no âmbito da realização das suas actividades, os jornalistas são confrontados com situações em que certa informação lhes é negada, sob pretexto de se tratar de matéria coberta pelo segredo do Estado.

A nossa posição é que toda a matéria que constitua segredo de Estado está tipificada na legislação, pelo que não se deve justificar a criação de outras leis não sufragadas pela Assembleia da República, e cujo âmbito de aplicação obedece a critérios discricionários, determinados por um ou outro funcionário governamental ou da administração pública.

**Senhor Ministro,**

**Minhas Senhoras, Meus Senhores,**

Como africanos, devemo-nos sentir particularmente orgulhosos com a decisão das Nações Unidas de declarar o 3 de Maio como Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Esta data tem as suas origens em África. Com efeito, ela surge como consequência da histórica Declaração de Windhoek, aprovada por jornalistas africanos depois de um seminário realizado na capital da Namíbia, sob os auspícios da UNESCO, de 29 de Abril a 3 de Maio de 1991.

Na sua essência, a Declaração de Windhoek é um apelo para o estabelecimento de um ambiente caracterizado por uma imprensa livre, independente e pluralista em todo o mundo.

Dela, é parte integrante a Carta Africana da Radiodifusão, aprovada na mesma cidade, por ocasião do décimo aniversário da Declaração de Windhoek.

Deve ser reconhecida uma dimensão histórica em todo este processo, que se reveste na visão de que a independência política sem liberdade não tem qualquer sentido.

A Namíbia tornara-se independente em Março de 1990, numa altura em que se abriam boas perspectivas para o fim do sistema do apartheid na África do Sul.

A libertação da África do Sul viria a encerrar todo o ciclo da luta pela independência política em África.

Este é, pois, o alcance histórico da Declaração de Windhoek; a visão da liberdade de expressão e de imprensa, como complementos da liberdade política, num continente onde não raras vezes, a narrativa dominante é de que os direitos humanos são incompatíveis com os valores culturais e tradicionais dos africanos.

O lema escolhido pela UNESCO para as comemorações deste ano é: *"Mentes críticas para momentos críticos: O papel dos media para o desenvolvimento de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva".*

Este lema faz-nos recordar alguns dos ingredientes essenciais de uma democracia: a liberdade de expressão e de imprensa, caminhando, lado a lado, com o pluralismo de ideias.

Como dizia Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, o nosso Presidente da República, por ocasião da sua investidura, "as boas ideias não têm cor partidária".

Citando ainda o Presidente da República, ele dizia: "As boas ideias têm uma única medida, que é o amor pela nossa Pátria e pelo nosso destino comum".

É, pois, em contexto de liberdade de expressão e de imprensa, abrindo caminho para o pluralismo de ideias, que florescem as mentes críticas capazes de dar um contributo significativo para o desenvolvimento de qualquer nação.

Infelizmente, o contexto mundial mostra-nos que estas liberdades continuam, em várias partes do mundo, a serem limitadas.

É assim que em muitos países, os jornalistas conti-

nuam a trabalhar num ambiente hostil, caracterizado pela perseguição e violência.

A organização Repórteres Sem Fronteiras diz que só em 2016, 61 jornalistas foram mortos em todo o mundo. Este ano, já foram assassinados oito jornalistas, e pelo menos 193 outros encontram-se detidos.

Estes dados revelam que há ainda muitos desafios quer para os governos quer para os próprios jornalistas.

Esses desafios só poderão ser ultrapassados se estas duas partes reconhecerem o papel que cada uma delas desempenha no processo de desenvolvimento, em cada país.

**Senhor Ministro,**

**Minhas Senhoras, Meus Senhores,**

Celebramos o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa num momento em que multiplicam-se esforços visando por fim à crise política e militar que dilacerou o tecido económico e social do país num passado muito recente.

Num ambiente de instabilidade, fica condicionada a livre circulação de pessoas e bens. Importantes infraestruturas são destruídas. Este é um ambiente hostil para o exercício das liberdades individuais, incluindo a liberdade de expressão e de imprensa.

Por isso, saudamos e encorajamos os esforços do Governo e da liderança da Renamo na procura de soluções para se por fim a esta crise, conduzindo a uma situação de reconciliação efectiva entre os moçambicanos.

Em Moçambique, há espaço para todos, e deve haver oportunidades iguais para todos.

Preocupa-nos a incidência, nos últimos tempos, de casos de violação da liberdade de imprensa em várias partes do país. Os casos relatados relacionam-se com ameaças, assaltos às redacções, confiscação de equipamentos de trabalho, detenção e censuras aos jornalistas.

A Imprensa é, a par de outros actores políticos e da sociedade civil, uma importante variável na medição da qualidade da democracia.

Em democracia, a imprensa desempenha um papel de primeiro plano na monitoria da governação, o que deve ser reflectido na melhoria da prestação do serviço público.

Em democracia, a imprensa não pode ser vista como inimiga. Ela deve ser um braço auxiliar que ajuda as autoridades a identificar as falhas que devem ser corrigidas. Não há democracia sem liberdade de imprensa.

O 3 de Maio deve ser um dia de reflexão para os jornalistas moçambicanos; o dia em que fazemos uma introspecção sobre o que está mal, e que precisa de ser corrigido.

E há muito que precisamos de corrigir no exercício das nossas responsabilidades profissionais.

Não podemos exigir que os outros respeitem a nossa liberdade, se nós próprios nos furtamos à observância escrupulosa das nossas obrigações éticas e de deontologia.

Precisamos, com muita coragem, de confrontar aqueles factores que contribuem para a contínua degradação dos padrões de ética e de deontologia no jornalismo em Moçambique.

Finalmente, gostaria de aproveitar esta oportunidade para apelar ao Governo no sentido de concluir o processo em curso para a revisão da Lei de Imprensa, e para aprovação da Lei de Radiodifusão.

Muito obrigado pela vossa atenção!

## Zambézia

# Fraco acessos fontes de Informação preocupa jornalistas

Jornal Domingo

Jornalistas de vários órgãos de comunicação social, sedeados na província da Zambézia, consideraram que o acesso às fontes de informação continua a ser a sua maior preocupação. A preocupação foi apresentada em Quelimane, durante a plenária pública, realizada no âmbito do 3 de Maio. O evento, promovido pelo MISA Moçambique, na Zambézia, contou com a participção de quadros e gestores de empresas de comunicação social, dentre eles, públicos e privados, bem como membros do governo provincial.

No referido debate, os profissionais disseram que a falta de abertura das fontes de informação veda o acesso à informação não apenas aos jornalistas como também aos cidadãos. Igualmente, esta situação reflecte-se na qualidade do produto final (artigos jornalísticos) destinado ao consumidor (leitor, ouvinte e ou telespectador).

Jocas Achar, do Jornal Notícias, António Zefanias, do Diário da Zambézia, Risik Zacarias, da Rádio Moçambique, e Cadre Zacarias, da Televisão Pública de Moçambique, foram unânimes em afirmar que urge a necessidade duma reflexão profunda sobre esta questão, que embaraça o exercício do jornalismo.

Os jornalistas apontaram um outro factor preocupante no campo mediático: a falta de sustentabilidade dos órgãos de comunicação social, o que faz com que os profissionais de comunicação social andem em boleias do governo nas deslocações para os distritos, colocando em causa a sua imparcialidade.

Por seu turno, o presidente do Núcleo Provincial do MISA-Moçambique na Zambézia, Hamilton António, disse, na sua intervenção, que urge a necessidade de os governamentais acatarem as questões colocadas pelos profissionais de comunicação social com vista a permitir que os jornalistas tragan ao público produtos noticiosos de qualidade, quer de índole político, económico bem como acções de governação.

Entretanto, usando da palavra, Graciano Francisco, director Provincial do Plano e Finanças da Zambézia, reconheceu as preocupações apresentadas e lançou um desafio aos comunicadores, de modo a continuarem a lutar pelos aspectos legais que fortificam o seu dia-a-dia de trabalho, sobretudo no que diz respeito à lei de imprensa. E concluiu que o governo tomou nota das preocupações e que, de forma gradual, serão ultrapassadas.

Comemorado sob lema *Mentes Críticas para Momentos Críticos: o Papel dos Medias para o Desenvolvimento de uma Sociedade Pacífica, Justa e Inclusiva*, o debate público havido em Quelimane teve como orador Arlindo Paulino Mustafa, Delegado da RM no Emissor Provincial da Zambézia.

## INTERVENÇÃO DE ABERTURA DO DIA INTERNACIONAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA
## 3 DE MAIO DE 2017

**MIKAEL ELOFSSON**
Encarregado de Negócios
da Embaixada da Suécia

Sua Excelência Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Sr Odelmiro Baloi,
Representante do Conselho Superior de Comunicação Social, Sr Tomás Viera Mário,
Representante do Media Institute for Southern Africa (MISA), Sr Fernando Gonçalves,
Sr Albie Sachs,
Sr Teodata Hunguena,
Representante do Sindicato Nacional dos Jornalistas
Representante do IBIS,
Senhores Membros das Organizações da Sociedade Civil;
Prezados Representantes dos Media e das Academias;
Embaixadores aqui presentes,
Distintos convidados;
Minhas Senhoras e Meus Senhores;

É uma honra para mim, participar na abertura deste evento em que celebramos um o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Em Dezembro do ano passado, o meu país, a Suécia, comemorou 250 anos de liberdade de imprensa. No dia 2 de Dezembro de 1766, o Parlamento sueco aprovou a primeira Lei de Liberdade de Imprensa no mundo. Esta Lei inclui não só a nossa Lei de Liberdade de Imprensa, como também a Lei de Acesso à Informação.

Há uma semana, os Repórteres sem Fronteiras apresentaram as classificações do Índice Anual da Liberdade de Imprensa. Foi constatado que a Suécia consolidou a Liberdade de Imprensa durante o ano passado, levando uma pontuação bem alta que coloca o país agora como o segundo mais forte em termos de liberdade de imprensa no mundo.

O 250º aniversário da Lei de Liberdade de Imprensa na Suécia nos remonta o caminho longo que percorremos para promover a liberdade de expressão. A liberdade de expressão é um princípio que nunca deve ser subestimado. Uma pesquisa realizada em 2013 revela que na Suécia, quase um em cada três jornalistas estiveram sujeitos a um acto de ódio praticado online. Estes actos já fazem parte da vida cotidiana dos Jornalistas na Suécia, o que é completamente inaceitável. A protecção efectiva dos jornalistas e da liberdade de imprensa através da aplicação da lei é funcional, mas ainda há muito trabalho por se fazer. Assim também deve ser a defesa da liberdade de imprensa na Suécia, precisa e contínua. O objectivo desta lei é que toda pessoa que exerçer o seu direito humano de expressar-se livremente, deve ser capaz de fazê-lo sem correr riscos de retaliação.

Na Suécia, quando se fala sobre o princípio de transparência de modo mais geral, é frequente referir-se à legislação de transparência dos documentos públicos que é regulado pela Lei de Liberdade de Imprensa. O princípio de transparência significa que ao público e àimprensa, será disponibilizada informação clara sobre as operações efectuadas pelo Estado, Municípios e as Autoridades. A Suécia tem, de facto, uma das mais rígidas legislações de transparência e acesso à informação no mundo.

Esta liberdade de acesso à informação e a liberdade de expressar-se livremente têm sido bastante benéfica para a Suécia. O fluxo livre de idéias e opiniões, bem como debate e análise crítica, cria uma riqueza de ideias e unidades de inovação. O princípio de abertura e transparência – que é crucial para o nosso sistema judiciário - tem contribuído para o baixo nível de corrupção e o alto nível de confiança nas nossas instituições democráticas. Não há dúvida de que a nossa sociedade aberta criou as bases para o crescimento económico do nosso país e da prósperidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Moçambique tomou recentemente algumas medidas importantes e positivas, nomeadamente a promulgação da Lei de Direito à Informação, bem como a aprovação do seu estatuto. No entanto, em outros aspectos, como a liberdade de imprensa, Moçambique está a seguir uma tendência global menos positiva. A tendência é de maior controlo e vigilância, bem como respeito reduzido por fontes jornalísticas. Mais países estão a ter pontuações reduzidas e Moçambique também está a descer de posição no Índice Mundial de Liberdade de Imprensa, um factor preocupante e para o país nos últimos anos.

Em 2014, a Suécia decidiu continuar a apoiar o subprograma de acesso à informação do IBIS, no âmbito do programa AGIR, para uma segunda fase. Esta é uma prova do nosso compromisso contínuo e reconhecimento da importância da liberdade de imprensa e do acesso à informação para uma democracia aprofundada e o desenvolvimento contínuo de Moçambique. A Embaixada da Suécia está muito ansiosa em continuar com a nossa colaboração comum em parceria com as autoridades moçambicanas, o Parlamento e a sociedade civil moçambicana nesta área durante os próximos anos. A Suécia está confiante de que Moçambique pode reverter para uma tendência positiva em que o país se encontrava anteriormente. Nós vemos este programa da Ibis e todas as suas organizações parceiras como actores importantes e agentes de mudança que trabalham para que este objectivo se materialize. Desejo a todos continuação de uma conferência frutífera e sucesso contínuo na defesa da liberdade de imprensa.

Muito obrigado!

## Em Tete

# Jornalistas devem pautar pela isenção

UN Multimedia

Jornalistas afectos a diferentes órgãos de comunicação social, na província de Tete, reiteraram, por ocasião do 3 de Maio, Dia Internacional da Liberdade de Imprensa e Expressão, a necessidade de estes profissionais continuarem a pautar pela deontologia profissional, isenção, rigor, ética e transparência na difusão das notícias que colhem no quotidiano, porquanto isso é premissa para ganhar cada vez mais a confiança das fontes de informação.

O workshop, realizado em Tete, estava subordinado ao tema fulcral "Mentes críticas para momentos críticos: O papel dos media para o desenvolvimento de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva".

No entanto, durante o encontro, notou-se acesos debates em torno dos seguintes temas: "Que tipo de capacidades precisam de ser desenvolvidas nas instituições para salvaguardar as liberdades de imprensa, de expressão e o direito à informação, num contexto marcado ainda pela cultura autoritária e frágeis níveis de transparência das instituições públicas?" e "Papel dos media para o desenvolvimento em Moçambique: Questões críticas sobre a paz, transparência e acesso à Justiça", apresentados, respectivamente, pelo chefe da Redacção da Rádio Moçambique, delegação de Tete, Victorino Cumbucane, e pelo presidente do Núcleo provincial do Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA)-Moçambique, Egnácio Gamay.

Na sua intervenção, os participantes do encontro, promovido pelo MISA-Moçambique, defenderam que os jornalistas devem fazer-se respeitar, através do cumprimento das regras ligadas à sua nobre profissão, de informar, educar e formar a sociedade. Anotaram que os desafios de hoje carecem, por parte dos "escribas", de muito rigor na transmissão das notícias.

Os jornalistas presentes no encontro constaram ainda que há fragilidades nalgumas instituições públicas, porque se fecham a jornalistas que pretendem obter alguma informação de consumo público, ignorando por completo a nova lei

número 34/2014, sobre acesso à informação pública.

Observaram que esta nova lei de acesso à informação tem sido confundida como sendo a dos jornalistas, isto é, a 18/1991, de Imprensa, por falta do seu domínio, pois, com base na 34/2014, qualquer cidadão pode solicitar informações de interesse público numa determinada instituição pública.

"Que tipo de capacidades precisam de ser desenvolvidas nas instituições para salvaguardar as liberdades de imprensa, de expressão e o direito à informação, num contexto marcado ainda pela cultura autoritária e frágeis níveis de transparência das instituições públicas?"

## HÁ AINDA FONTES QUE SE FECHAM

"Há, de facto, ainda fontes de informação que se fecham, não se abrem aos jornalistas. Nós temos que trabalhar para possamos remover estas barreiras, em prol do público consumidor da notícia" – disse a jornalista Dulce Laiton.

Zacarias Amós, outro jornalista, observou que o Governo provincial de Tete deveria ter ou criar um gabinete de comunicação e imagem, pois, não basta colocar um assessor de imprensa, argumentando que isso ajudaria ao jornalista que pretenda alguma informação, que não pode ser facultada por ausência do assessor. Este mesmo Executivo já tinha avançado com uma iniciativa que consistia na calendarização para cada director provincial poder falar, pelo uma vez por ano, para dar a conhecer as suas realizações, mas tal não andou para frente, por razões desconhecidas.

A Polícia da República de Moçambique (PRM), em Tete, foi elogiada pelos jornalistas, porque tem as figuras de assessor de imprensa e de porta-voz, o que facilita aos jornalistas obterem as informações sobre o trabalho realizado por esta corporação.

Houve a recomendação da necessidade de potenciar a capacitação contínua dos jornalistas e de estes dominarem a legislação moçambicana, com destaque para as leis 34/2014 e 18/1991, entre outros dispositivos incorporados na Lei/Mãe, a Constituição da República.

No encerramento do evento, o delegado do Instituto de Comunicação Social (ICS), em Tete, Jacinto Victor, congratulou o MISA-Moçambique pela oportunidade que proporcionou aos jornalistas para pararem e reflectirem sobre si mesmos, exactamente no dia dedicado à Liberdade de imprensa e expressão. "Nós, os jornalistas, devemos comprometer-nos com a causa do desenvolvimento desta província e, quiçá, do país. Devemos agir dentro das balizas e como os empreendedores que fazem acontecer as coisas, neste caso, o desenvolvimento" – sublinhou.

O secretário provincial do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), Amarildo Romão, destacou que o encontro revestia-se de extrema importância, dado que permitia uma reflexão profunda sobre "o nosso dia-a-dia, pois, não devemos confundir a liberdade de imprensa, porque onde termina a nossa liberdade começa a do outro, temos que ser jornalistas sérios, porque nós fazemos parte deste processo de desenvolvimento. Deve haver mudança de atitudes".

Egnácio Gamay destacou, por sua vez, que "hoje em dia Tete é o ponto de convergência de investimentos, virados para a extracção mineira; sendo assim, há toda a necessidade de os jornalistas divulgarem as informações com rigor, isenção, respeitando os nossos limites e liberdades. Devemos fazer o jornalismo verdadeiro, responsável e devemos corrigir os nossos erros e esta classe jornalística deve ser una e indivisível".

## Em Nampula

# Falta de domínio sobre a legislação fragiliza a acção dos media no país

Jornalistas, académicos, representantes do governo, dos partidos políticos e das organizações da sociedade civil juntaram-se, na cidade de Nampula, para uma reflexão mais aprofundada à volta do actual estágio da liberdade de imprensa e de expressão, tendo apontado a falta de domínio de alguns jornalistas sobre alguns instrumentos normativos como um dos factores que fragilizam a acção dos media no país.

Grande parte dos intervenientes defendeu, na ocasião, a necessidade da divulgação da Lei de Imprensa (Lei 18/91, de 10 de Agosto), aprovada há 35 anos, da Lei de Direito à Informação (Lei 34/2014, de 31 de Dezembro) e do respectivo Regulamento, sobretudo, a nível dos órgãos de informação públicos e privados.

De acordo com os participantes, não obstante ter sido aprovada há três anos, muitos profissionais de comunicação social, incluindo alguns detentores do poder, desconhecem a Lei de Direito à Informação.

Para Sacur Latibo, do Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS), ainda se nota, a nível da classe jornalística, um certo vazio de conhecimentos não só das normas internas como também das leis que regulam o exercício desta actividade, facto que, no seu entender, contribui para os constantes atropelos aos princípios éticos e deontológicos daquela que é descrita como sendo uma das nobres profissões do mundo.

Esta posição viria a ser secundada por Arnaldo Chalaua, do partido Renamo, Rosa Inguane e Dinília Pereira, da Rádio e Televisão de Moçambique, respectivamente.

O maior constrangimento apontado prende-se com o facto de muitas empresas jornalísticas não disporem de recursos suficientes para a sua sustentabilidade, o que remete os seus profissionais a uma dependência total das suas fontes de informação.

Os participantes do debate foram unânimes ao afirmar que, devido a estes factores, muitos profissionais são, nalguns casos, manietados e até sofrerem censuras por parte de alguns dirigentes. Aliás, Carlos Coelho, jornalista e advogado, um dos oradores principais, apelou para a observância rigorosa dos princípios básicos do jornalismo.

Bernardo Alide, director provincial da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, que assistiu ao acto, em representação do governador de Nampula, classificou a violação da liberdade de imprensa de um "autêntico atentado à saúde pública."

Alide defende a criação de um espaço de interacção no qual se possa discutir com todos os actores da sociedade.

> muitos profissionais de comunicação social, incluindo alguns detentores do poder, desconhecem a Lei de Direito à Informação

## Nampula no topo das violações de imprensa

Contudo, apesar destes instrumentos legais, Nampula continua a figurar na lista das províncias com mais casos de violação da liberdade de imprensa.

Segundo dados constantes do relatório do estado da liberdade de imprensa 2010/2015, publicado pelo MISA, Nampula ocupa o terceiro lugar, com seis casos, seguido pelas províncias de Maputo e Sofala.

Todavia, o presidente do Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA), Núcleo Provincial de Nampula, Sitoi Lutxeque, entende que as estatísticas não revelam a realidade, pelo facto de o nível de sensibilidade dos jornalistas ser ainda muito aquém do desejado sob o ponto de vista de denunciar os referidos actos.

De acordo com a fonte, o acesso às fontes de informação tem sido um grande desafio no exercício do jornalismo. Por isso, considerou que, "com a aprovação da Lei de Direito à Informação e do respectivo Regulamento, o nosso compromisso é garantir a sua disseminação", disse.

Gaza

# Informar com ética e deontologia

> "O acesso à informação é um direito fundamental; ninguém deve esquartejar este direito, é um direito fundamental plasmado na Constituição da República, no artigo quarenta e oito(...)

Global Voices.org

Em Gaza, o dia foi também marcado por um debate no qual se pediu maior profissionalismo aos jornalistas na sua missão de informar. O Presidente do Misa-Moçambique, Núcleo de Gaza, Carlos Matsinhe, desafiou os profissionais da comunicação social a usarem todos os instrumentos legais no exercício das suas funções.

Matsinhe disse que os jornalistas só podem cumprir a sua missão de informar os cidadãos com isenção, imparcialidade, independência e objectividade pautando pela ética e deontologia profissionais.

"O acesso à informação é um direito fundamental; ninguém deve esquartejar este direito, é um direito fundamental plasmado na Constituição da República, no artigo quarenta e oito; então, penso que nós estamos em condições de passearmos à classe, estamos em condições de buscarmos aquelas pequenas historietas que afinal de contas algumas pessoas pensam que não são de nada, mas têm um grande significado para as comunidades**".**

Carlos Mhula, um dos orador da palestra sobre a Liberdade de Imprensa e expressão, desafiou as lideranças das empresas de comunicação social do país a criarem as condições logísticas para os seus profissionais, de modo a exercerem a sua função com independência.

"Enquanto não tivermos um patronato que cria condições financeiras, materiais para exercermos esta actividade, não vamos cumprir com o plasmado no artigo 19 da declaração universal dos direitos humanos. Nós não somos culpados, nós somos trabalhadores, fomos pedir emprego convencidos de que íamos exercer esta profissão que temos uma grande paixão por ela, mas quem nos contratou tem direitos e obrigações, cabe a ele cumprir a sua cota parte "

A celebração do 3 de Maio, em Gaza, serviu igualmente para o lançamento do Relatório do Estado da Liberdade de Imprensa e de Expressão em Moçambique, referente ao período de 2010 - 2015**.**

## Dia mundial da Liberdade de imprensa em Niassa

# JORNALISTA DESAFIADO A APOSTAR NO JORNALISMO INVESTIGATIVO

Leandro Martins - blogger, Os limites entre investigação e invasão de privacidade

O desafio foi lançado em Lichinga, no Niassa, num encontro de reflexão sobre o estágio actual da Liberdade de imprensa e de expressão, que marcou as celebrações do dia mundial da liberdade de imprensa, em Niassa.

Domingos Vidal, orador no evento, disse que, nesta era de jornalismo moderno, os fazedores de informação devem elaborar textos noticiosos intelectuais retratando as vivências dos moçambicanos.

Para o efeito, segundo a fonte, as empresas jornalísticas devem potenciar-se de recursos materiais e financeiros que permitam os jornalista pesquisarem, recolherem, seleccionarem, elaborarem e apresentarem publicamente acontecimentos relevantes.

Os órgãos de comunicação social devem criar as suas próprias condições para a recolha de informações noticiosas, não dependendo apenas das agendas e visitas dos gestores públicos.

Domingos Vidal entende que o Jornalista deve ser um produtor de conhecimentos, mas, para que este facto se concretize, não deve depender apenas dos comunicados ou convites do governo e de outras instituições para a recolha das informações noticiosas.

Intervindo neste encontro, o Presidente do MISA-Núcleo do Niassa, Januário Eduardo, reconheceu esta triste realidade, mas garantiu, que

neste ano, vinte Jornalistas desta região serão formados em jornalismo investigativo, numa iniciativa do MISA-Moçambique a nível central.

Num outro desenvolvimento, o orador mostrou-se preocupado com a prevalência da intolerância do poder público em relação à liberdade de imprensa e de expressão.

A fonte disse que, no âmbito da implementação da reforma na Função Pública, estava prevista a criação de gabinetes de imprensa em todas as instituições do país, mas, até hoje, este facto ainda não se verifica, com a excepção da Polícia da República de Moçambique, e questiona porquê é que as outras instituições não aderiram a esta iniciativa.

Domingos Vidal disse que os meios de comunicação social devem ser o centro de confrontação de ideias de diferentes correntes de opiniões, independentemente da sua cor política e estado económico e social.

Recordou aos gestores públicos presentes no encontro que, à luz da Lei do Direito à Informação, os cidadãos têm o direito a informações do sector Público, a participarem na monitoria, gestão e supervisão dos recursos públicos e exigirem bons serviços públicos.

O Jornalista Luís Dionísio, da Rádio Moçambique, concordou que a falta de fundos retarda iniciativas dos fazedores de informação de apostarem na investigação jornalística.

"A investigação requere mais tempo no terreno e as nossas instituições não dispõem de dinheiro para a permanência dos profissionais por muitos dias na recolha de dados informativos", acrescentou o jornalista.

A fonte disse que, no Niassa, prevalecem as dificuldades de acesso às fontes de informação e citou o caso da Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano, onde, há mais de um mês, não consegue recolher a informação sobre os Jogos Desportivos Escalares, edição de 2017.

Domingos Chocome, outro orador, disse que os mídias constituem uma grande plataforma para a promoção das potencialidades económicas, políticas e sociais de uma determinada região.

Na interacção com os convidados a este evento, Chocome disse que a província do Niassa é hoje conhecida como uma região com um grande potencial agrícola, faunístico , florestal e de recursos hídricos graças ao trabalho desenvolvido pelos órgãos de comunicação social na divulgação destas potencialidades.

O mais importante, segundo a fonte, é a criação de capacidade no seio dos jornalistas para que estes saibam recolher e seleccionar as notícias que pode contribuir para o desenvolvimento de cada região.

O orador afirma que os meios de comunicação social devem ser um centro de cruzamento dos actores políticos, das instituições, da sociedade civil e de outros cidadãos.

## Delegado do ICS abriu o evento

O Discurso da abertura do evento foi feito pelo Delegado do Instituto de Comunicação Social no Niassa, Edumundo Maloa, que, na ocasião, enalteceu o papel do governo provincial na criação do Centro de Produção da Televisão de Moçambique no Niassa e da Rádio Esperança, sob gestão da Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

Maloa afirma que o nascimento destas instituições de comunicação social demonstra o interesse do Governo do Niassa na promoção da liberdade de imprensa e expressão nesta região do país.